



Simulado Final

PM SE

Oficial Combatente

Pós-Edital

Simulado

Simulado Final PM-SE (Oficial Combatente)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Oficial Combatente da PM-SE**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/seLM8fwUYcVW42tk6>

01 - (A)(B)(C)(D)	13 - (A)(B)(C)(D)	25 - (A)(B)(C)(D)	37 - (A)(B)(C)(D)	49 - (A)(B)(C)(D)
02 - (A)(B)(C)(D)	14 - (A)(B)(C)(D)	26 - (A)(B)(C)(D)	38 - (A)(B)(C)(D)	50 - (A)(B)(C)(D)
03 - (A)(B)(C)(D)	15 - (A)(B)(C)(D)	27 - (A)(B)(C)(D)	39 - (A)(B)(C)(D)	51 - (A)(B)(C)(D)
04 - (A)(B)(C)(D)	16 - (A)(B)(C)(D)	28 - (A)(B)(C)(D)	40 - (A)(B)(C)(D)	52 - (A)(B)(C)(D)
05 - (A)(B)(C)(D)	17 - (A)(B)(C)(D)	29 - (A)(B)(C)(D)	41 - (A)(B)(C)(D)	53 - (A)(B)(C)(D)
06 - (A)(B)(C)(D)	18 - (A)(B)(C)(D)	30 - (A)(B)(C)(D)	42 - (A)(B)(C)(D)	54 - (A)(B)(C)(D)
07 - (A)(B)(C)(D)	19 - (A)(B)(C)(D)	31 - (A)(B)(C)(D)	43 - (A)(B)(C)(D)	55 - (A)(B)(C)(D)
08 - (A)(B)(C)(D)	20 - (A)(B)(C)(D)	32 - (A)(B)(C)(D)	44 - (A)(B)(C)(D)	56 - (A)(B)(C)(D)
09 - (A)(B)(C)(D)	21 - (A)(B)(C)(D)	33 - (A)(B)(C)(D)	45 - (A)(B)(C)(D)	57 - (A)(B)(C)(D)
10 - (A)(B)(C)(D)	22 - (A)(B)(C)(D)	34 - (A)(B)(C)(D)	46 - (A)(B)(C)(D)	58 - (A)(B)(C)(D)
11 - (A)(B)(C)(D)	23 - (A)(B)(C)(D)	35 - (A)(B)(C)(D)	47 - (A)(B)(C)(D)	59 - (A)(B)(C)(D)
12 - (A)(B)(C)(D)	24 - (A)(B)(C)(D)	36 - (A)(B)(C)(D)	48 - (A)(B)(C)(D)	60 - (A)(B)(C)(D)

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/Zeov>

DIREITO CONSTITUCIONAL*Adriane Fauth*

01. A respeito de controle de constitucionalidade, analise o caso hipotético a seguir:

Determinada entidade de classe, que possui associados em 10 estados da federação, solicitou que seu advogado deflagrasse o controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, com o intuito de declarar a inconstitucionalidade material da Lei nº 2022, editada pelo Estado Beta em 27 de junho de 2021. Considerando o caso hipotético, o único instrumento cabível seria:

- a) o mandado de segurança.
- b) a ação direta de inconstitucionalidade por omissão.
- c) a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
- d) ação direta de inconstitucionalidade.

02. Joana, cidadã muito ativa na fiscalização das atividades dos governantes, tomou conhecimento de que o Prefeito do Município Beta estava utilizando recursos públicos para fomentar determinada atividade privada, apesar de a lei expressamente vedar essa possibilidade. As despesas realizadas, portanto, eram ilícitas, causando dano ao patrimônio público.

Em razão disso, Joana procurou um advogado e informou que desejava ajuizar a ação constitucional cabível para obstar essa prática e requerer a devolução dos valores já dispendidos. Nesse caso, será cabível:

- a) ação civil pública.
- b) mandado de segurança.
- c) *habeas corpus*.
- d) ação popular.

03. Marcio, brasileiro naturalizado, 32 anos é casado com Ana, que ocupa o cargo de Senadora do estado Alfa. Márcio pretende candidatar-se ao cargo de Governador do mesmo estado que sua esposa representa. À luz da sistemática constitucional e dos dados da narrativa, é correto afirmar que:

- a) Márcio não poderá se candidatar a Governador em virtude da inelegibilidade reflexa.
- b) Márcio é elegível para o referido cargo.
- c) Caso Márcio seja eleito, Ana não poderá concorrer à reeleição nas eleições seguintes.
- d) Márcio não poderá se candidatar pois não tem a idade mínima exigida para o cargo.

04. No que tange ao processo legislativo, assinale a assertiva correta.

- a) A matéria constante de proposta de emenda constitucional rejeitada ou havida por prejudicada somente poderá ser reapresentada, na mesma sessão legislativa, mediante requerimento da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.
- b) A Constituição Federal poderá ser emendada mediante proposta de um terço das assembleias legislativas das unidades da Federação, desde que haja manifestação, em cada uma delas, da maioria relativa de seus membros.
- c) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.
- d) O “contrabando legislativo” caracteriza-se pela existência de emenda parlamentar com matéria estranha a projeto de conversão de medida provisória em lei.

05. Adalberto é juiz estadual e nunca reteve autos injustificadamente além do prazo legal, sempre devolvendo-os ao cartório com o despacho ou decisão devida. Ele exerce sua função na mesma entrância para a qual foi promovido por antiguidade há dois anos, tendo figurado por cinco vezes alternadas na lista de merecimento para promoção de entrância para entrância e integrando atualmente a primeira quinta parte da lista de antiguidade. Em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e considerando apenas os dados fornecidos, Adalberto:

- a) não pode ser promovido por merecimento, pois tal promoção pressupõe o tempo mínimo de três anos de exercício na respectiva entrância.
- b) não pode ser promovido por merecimento, pois para tanto é obrigatória a promoção do juiz que figure por três vezes consecutivas em lista de merecimento.
- c) deve ser promovido por merecimento, respeitadas as normas incidentes na espécie.
- d) deve ser promovido por merecimento, sendo que o tribunal somente poderá recusar tal promoção pelo voto fundamentado de dois quintos de seus membros, conforme procedimento próprio, e assegurada ampla defesa, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

06. Considerando o texto constitucional de 1988, quanto às funções essenciais à justiça, analise os itens abaixo:

- I. Lei ordinária organizará a Defensoria Pública da União e do Distrito Federal e dos Territórios e prescreverá normas gerais para sua organização nos Estados, em cargos de carreira, providos, na classe inicial, mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a seus integrantes a garantia da inamovibilidade e vedado o exercício da advocacia fora das atribuições institucionais.
- II. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

III. A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta e cinco anos e menores de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

Analise os itens acima e assinale:

- a) se somente o item I estiver correto.
- b) se somente o item II estiver correto.
- c) se somente o item III estiver correto.
- d) se somente os itens I e II estiverem corretos.

07. A respeito da segurança pública, assinale a alternativa incorreta:

- a) As atividades de polícia nos aeroportos são de competência da Polícia Federal.
- b) A polícia judiciária corresponde à polícia preventiva ou ostensiva e de investigação.
- c) É facultada a qualquer município a constituição das guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei.
- d) As polícias militares e corpos de bombeiros militares subordinam-se, juntamente com as polícias civis e as polícias penais estaduais e distrital, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.

DIREITO PENAL MILITAR*Antônio Pequeno*

08. Quanto ao direito penal militar, marque a alternativa incorreta

- a) Diz-se o crime consumado, quando nele se reúnem todos os elementos de sua definição legal;
- b) Diz-se o crime tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.
- c) O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.
- d) Pune-se a tentativa com a pena correspondente ao crime, diminuída de um a dois quartos, podendo o juiz, no caso de excepcional gravidade, aplicar a pena do crime consumado.

09. Quanto ao direito penal militar, marque a alternativa correta

- a) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, não se aplica ao fato praticado durante sua vigência.
- b) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
- c) A lei posterior que, de qualquer outro modo, favorece o agente, não se aplica retroativamente.
- d) Aplica-se a lei penal militar, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido, no todo ou em parte no território nacional, ou fora dele, ainda que, neste caso, o agente esteja sendo processado ou tenha sido julgado pela justiça estrangeira.

10. Não há crime quando o agente pratica o fato, exceto:

- a) Quando o agente age com o ímpeto de praticar o crime
- b) em estado de necessidade;
- c) em legítima defesa;
- d) em estrito cumprimento do dever legal;

11. Com relação a parte DOS CRIMES CONTRA A AUTORIDADE OU DISCIPLINA MILITAR, são crimes previstos no capítulo da aliciação e do incitamento, exceto:

- a) Da aliciação para motim ou revolta.
- b) incitamento.
- c) Apologia de fato criminoso ou do seu autor.
- d) violência contra superior

12. Com relação aos crimes contra a Autoridade ou Disciplina Militar, é correto afirmar:

- a) o simples concerto de militares para a prática do crime de motim não é punível, nos termos da lei penal militar, se estes não iniciarem, ao menos, os atos executórios do crime de motim.
- b) militares que apenas se utilizam de viatura militar para ação militar, em detrimento da ordem ou disciplina militar, mas sem ocupar quartel, cometem o crime de motim.
- c) o militar que, estando presente no momento da prática do crime de motim, não usar de todos os meios ao seu alcance para impedi-lo, será responsabilizado como partícipe deste.
- d) O militar que, antes da execução do crime de motim e quando era ainda possível evitar-lhe as consequências, denuncia o ajuste de que participou terá a pena diminuída pela metade com relação ao referido crime militar.

13. É correto afirmar que

- a) Ausentar-se o militar, sem licença, da unidade em que serve, ou do lugar em que deve permanecer, por mais de oito dias, configurará o crime de deserção.
- b) Deixar o militar de apresentar-se no momento da partida do navio ou aeronave, de que é tripulante, ou do deslocamento da unidade ou força em que serve será considerada uma infração administrativa e não crime.
- c) o simples concerto para deserção não é crime militar.
- d) Deixar o oficial de proceder contra desertor, sabendo, ou devendo saber encontrar-se entre os seus comandados será responsabilizado pelo crime de condescendência criminosa.

14. ANALISE AS PROPOSIÇÕES ABAIXO E ASSINALE A ALTERNATIVA INCORRETA.

- a) O civil somente responderá por crime militar de furto nas hipóteses do inciso III, do art. 9º do CPM.
- b) No Direito Penal Militar não tem a previsão do furto de uso.
- c) O furto de uso de animal de tiro implica em uma causa de especial aumento de pena.
- d) No crime militar de roubo simples, o emprego de violência contra pessoa pode ser concomitantemente com a subtração da coisa ou logo após a subtração da coisa.

DIREITO PENAL

Ivo Martins

15. É correto afirmar sobre a infração penal:

- a) A infração penal somente poderá ser cometida por pessoa física.
- b) O Estado sempre será sujeito passivo formal de um crime.

c) Apenas os bens materiais poderão ser objeto de infração penal.

d) A infração penal não poderá ser praticada de forma isolada por um agente.

16. Foi atribuída a um cidadão a autoria de um homicídio, não se encontrando o agente acobertado por nenhuma justificativa. Nessa situação hipotética, conforme a teoria da culpabilidade adotada pelo ordenamento jurídico penal brasileiro, o fato será

- a) culpável se demonstrado o dolo ou a culpa do agente, principais elementos da culpabilidade.
- b) culpável se demonstrada a ilicitude da conduta do agente, elemento intrínseco da culpabilidade.
- c) culpável se o agente, ao tempo do crime, fosse imputável, detivesse potencial consciência da ilicitude e lhe fosse exigido uma outra conduta.
- d) considerado culpável se o agente tiver atuado sem a consciência da ilicitude do fato, sem que lhe fosse possível ter ou atingir esse conhecimento.

17. Acerca do erro jurídico-penal, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) O erro sobre o objeto e sobre o nexo causal constituem construções doutrinárias de erro de tipo acidental.
- b) Qualquer legítima defesa putativa enseja a exclusão do dolo e culpa.
- c) A dirimente do erro de proibição, se inevitável, isenta de pena e, se evitável, poderá diminuí-la, de um sexto a um terço.
- d) A diferença do erro na execução do crime e do resultado diverso do pretendido reside na natureza dos bens atingidos.

18. Adalberto, reincidente em crime doloso, foi condenado, em sentença transitada em julgado, pela prática do crime de corrupção passiva, a uma pena final inferior a quatro anos e multa, sendo certo que todas as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis. Nesse cenário, considerando as disposições do Código Penal e o entendimento dominante dos Tribunais Superiores, é correto afirmar que Adalberto iniciará o cumprimento da pena no regime

- a) semiaberto, porquanto a pena aplicada é inferior a quatro anos e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis.
- b) aberto, porquanto a pena aplicada é inferior a quatro anos e as circunstâncias judiciais lhe são favoráveis.
- c) fechado, porquanto o crime foi praticado contra a Administração Pública.
- d) semiaberto, porquanto o crime de corrupção passiva é punido com detenção.

19. Ricardo, com a intenção de ter um carro, apresentou-se como manobrista na frente de um restaurante e, assim, logrou iludir Carolina, que lhe entregou as chaves de seu veículo, pensando que este seria estacionado em segurança. Em seguida, Ricardo se apossou do veículo de Carolina.

Assinale a opção que indica, corretamente, o crime praticado por Ricardo.

- a) Furto mediante abuso de confiança
- b) Apropriação indébita.
- c) Furto mediante fraude.
- d) Estelionato.

20. Caio, maior e capaz, agindo com dolo, teve conjunção carnal e praticou atos libidinosos diversos em detrimento de Maria, adolescente com treze anos de idade. Registre-se que, muito embora não fosse a intenção de Caio, a ofendida, em razão das condutas perpetradas, suportou lesão corporal de natureza grave. Nesse cenário, considerando as

disposições do Código Penal, é correto afirmar que Caio responderá pelo(s) crime(s) de:

- a) estupro qualificado, pois, em razão da conduta, a ofendida suportou lesão corporal de natureza grave;
- b) estupro de vulnerável qualificado, pois, em razão da conduta, a ofendida suportou lesão corporal de natureza grave;
- c) estupro de vulnerável e lesão corporal grave, em concurso material;
- d) estupro de vulnerável e lesão corporal grave, em concurso formal;

21. Durante evento de natação que seria realizado em Aracajú/SE, em janeiro de 2025, o nadador estadunidense Mike Brayan comunicou à Polícia ter sofrido um assalto após uma festa. O roubo efetivamente não aconteceu e, posteriormente, foi verificado que o atleta realizou a comunicação a Delegacia de Atendimento ao Turista para justificar estar chegando tarde ao evento.

A hipótese em que alguém comunica à polícia um crime que sabe não ter acontecido é tipificado pela lei penal brasileira como

- a) denúncia caluniosa, Art. 339 do Código Penal.
- b) autoacusação falsa, Art. 341 do Código Penal.
- c) comunicação falsa de crime, Art. 340 do Código Penal.
- d) falso testemunho, Art. 342 do Código Penal.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR

Antônio Pequeno

22. O processo ordinário inicia-se com:

- a) o recebimento da denúncia.
- b) o oferecimento da denúncia.
- c) a citação.
- d) a precatória.

23. Em relação ao inquérito policial militar, assinale a alternativa ERRADA:

- a) A autoridade militar não poderá mandar arquivar autos de inquérito, embora conclusivo da inexistência de crime ou de inimputabilidade do indiciado.
- b) O arquivamento do inquérito não obsta a instauração de outro. Se novas provas aparecerem em relação ao fato, ressalvados o caso julgado e os casos de extinção de punibilidade.
- c) O Ministério Público poderá requerer o arquivamento dos autos se entender inadequada a instauração do inquérito.
- d) O inquérito é indispensável para o oferecimento da denúncia.

24. Conforme estabelece o Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), as providências anteriores ao inquérito policial militar deverão ser tomadas ou determinadas

- a) exclusivamente pelo comandante da corporação militar.
- b) pelo oficial responsável por comando, direção ou chefia, ou aquele que o substitua ou esteja de dia, de serviço ou de quarto, assim que tiver conhecimento de infração penal que lhe incumba reprimir ou evitar.
- c) por qualquer autoridade militar, que tenha conhecimento da prática de infração penal, desde que expressamente designada para apuração do fato, que configure crime militar, e de sua autoria.
- d) pelo oficial responsável por comando, direção ou chefia, a partir do momento em que receber delegação da autoridade superior para apuração do fato, que configure crime militar, e de sua autoria.

25. QUANTO À AÇÃO PENAL MILITAR CONDENATÓRIA NA JUSTIÇA MILITAR, ASSINALE A OPÇÃO CORRETA:

- a) A ação penal militar condenatória é sempre pública, mas a regra constitucional admite a ação penal militar de iniciativa privada subsidiária da pública na ocorrência de inércia do Órgão ministerial.
- b) Não há possibilidade de ação penal militar privada subsidiária da pública no sistema do processo penal militar.
- c) É cabível a ação penal militar privada subsidiária da pública no âmbito do processo penal militar apenas nos crimes contra a honra, mediante representação do ofendido.
- d) É cabível a ação penal militar privada subsidiária da pública quando o MP promove o arquivamento implícito do inquérito ou de peças de informação.

26. Podemos afirmar que estará impedido de exercer jurisdição no processo penal militar o Juiz que:

- A) Tiver aconselhado qualquer das partes.
- B) For credor ou devedor, tutor ou curador, de qualquer das partes.
- C) For presidente, diretor ou administrador de sociedade interessada no processo.
- D) Tiver parente consanguíneo ou afim, até o terceiro grau inclusive, como parte ou diretamente interessado

27. Em conformidade com o disposto no Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002/1969 e alterações), NÃO é considerada medida preliminar ao inquérito policial militar: A

- a) oitiva de testemunhas.
- b) A preservação do estado e da situação das coisas no local da ocorrência.
- c) A apreensão dos instrumentos e de todos os objetos que tenham relação com o fato.
- d) A colheita de provas que sirvam para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

28. Analise as afirmativas e assinale a correta.

- a) Nos casos concretos, se houver divergência entre as normas da Lei Processual Penal Militar e as de convenção ou tratado de que o Brasil seja signatário, prevalecerão as últimas.
- b) A Lei de Processo Penal Militar deve ser interpretada no sentido literal de suas expressões, sendo inadmissível a interpretação extensiva ou restritiva de seus dispositivos.
- c) O Código de Processo Penal Militar rege o Processo Penal Militar apenas em tempo de paz, sendo que em tempo de guerra o processo deve ser regido por legislação específica ou tratados internacionais.
- d) Os casos omissos no Código de Processo Penal Militar serão supridos unicamente pela legislação de Processo Penal Comum, quando aplicável ao caso concreto e sem prejuízo da índole do Processo Penal Militar.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

29. A *notitia criminis* de cognição imediata ocorre quando o Delegado de Polícia:

- a) toma ciência do crime mediante requisição do juiz.
- b) toma ciência do crime em razão de requisição do Órgão Ministerial.
- c) tem conhecimento do crime por requerimento do ofendido.
- d) toma ciência do crime em razão do desempenho de suas atividades rotineiras.

30. Assinale a alternativa INCORRETA sobre o inquérito policial.

- a) Quando o Ministério Público dispensar o inquérito policial, o prazo para o oferecimento da denúncia contar-se-á da data em que tiver recebido as peças de informações ou a representação.
- b) Pode ser oposta suspeição às autoridades policiais nos atos do inquérito policial.
- c) O indiciamento de investigado pela prática do crime de receptação independe do indiciamento do suspeito pela infração penal antecedente.
- d) No crime de lesão corporal culposa, a instauração de inquérito policial depende, em regra, de representação.

31. Em relação ao tema prova, assinale a alternativa correta.

- a) A coleta dos vestígios deverá ser realizada obrigatoriamente por perito oficial, que dará o encaminhamento necessário para a central de custódia, mesmo quando for necessária a realização de exames complementares.
- b) O isolamento é o procedimento por meio do qual cada vestígio coletado é embalado de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, para posterior análise, com anotação da data, hora e nome de quem realizou a coleta e o acondicionamento.
- c) O início da cadeia de custódia dar-se-á com a coleta dos vestígios que serão submetidos à análise pericial ou com procedimentos policiais ou periciais nos quais seja detectada a existência de vestígio.
- d) É proibida a entrada em locais isolados bem como a remoção de quaisquer vestígios de locais de crime antes da liberação por parte do perito responsável, sendo tipificada como fraude processual a sua realização.

32. Sobre a busca e apreensão, assinale a alternativa correta.

- a) A busca domiciliar não poderá ser feita para apreender pessoas vítimas de crimes.
- b) A busca domiciliar não pode ser determinada de ofício pelo magistrado, devendo ser precedida de requerimento das partes.
- c) A busca pessoal dependerá de mandado, no caso de prisão ou quando houver fundada suspeita de que a pessoa esteja na posse de arma proibida ou de objetos ou papéis que constituam corpo de delito.
- d) Na busca domiciliar precedida de mandado, antes de penetrarem na casa, os executores mostrarão e lerão o mandado ao morador, ou a quem o represente, intimando-o, em seguida, a abrir a porta.

33. De acordo com o Código de Processo Penal, a audiência de custódia deverá ser realizada em até

- a) 24 horas depois da comunicação da prisão ao Juiz, Ministério Público e defensor do acusado.
- b) 24 horas após a prisão.
- c) 24 horas depois da entrega da nota de culpa.
- d) 48 horas após a prisão.

34. Acerca do instituto da liberdade provisória marque a opção correta:

- a) Quebrada injustificadamente a fiança, dar-se-á a perda de metade de seu valor e será decretada a prisão do indiciado ou acusado afiançado.
- b) A cassação da fiança poderá ocorrer com a inovação da classificação do delito tido, inicialmente, como afiançável.
- c) A inafiançabilidade nos casos de crimes hediondos impede a concessão judicial de liberdade provisória.
- d) A fiança tomada por termo obrigará o afiançado a comparecer perante a autoridade todas as vezes que for intimado para atos do inquérito e da

instrução criminal e para o julgamento. Quando o réu não comparecer, a fiança será havida como cassada.

35. A respeito do *habeas corpus*, assinale a alternativa INCORRETA, nos termos do CPP:

- a) A concessão do *habeas corpus* não obstará nem porá termo ao processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos daquela.
- b) Se o *habeas corpus* for concedido em virtude de nulidade do processo, este não será renovado.
- c) O *habeas corpus* poderá ser impetrado por qualquer pessoa, em seu favor ou de outrem.
- d) Se a ordem de *habeas corpus* for concedida para evitar ameaça de violência ou coação ilegal, dar-se-á ao paciente salvo-conduto assinado pelo Juiz.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Herbert Almeida

36. Com base no princípio da eficiência na Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) o princípio da eficiência permite que a legalidade seja desconsiderada em situações que tragam resultados mais rápidos e econômicos para a Administração Pública.
- b) o controle *a posteriori* é incompatível com o princípio da eficiência, pois reduz a autonomia dos gestores e prejudica os resultados administrativos.
- c) o princípio da eficiência busca a melhor atuação possível do agente público e exige uma Administração organizada de forma a alcançar os melhores resultados.
- d) a avaliação de desempenho para a aquisição de estabilidade contradiz o princípio da eficiência, pois aumenta a burocracia na Administração Pública.

37. Sobre os poderes administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) no poder vinculado, a autoridade pública tem liberdade para decidir com base em juízo de conveniência e oportunidade, respeitando os limites da lei.
- b) no poder discricionário, os elementos competência, finalidade e forma são vinculados, enquanto o motivo e o objeto podem apresentar margem de liberdade dentro dos limites legais.
- c) o poder vinculado é sinônimo de legalidade, uma vez que todos os atos previstos em lei são vinculados.
- d) a discricionariedade administrativa é ilimitada, uma vez que a autoridade pode decidir com base na conveniência e oportunidade, independentemente de parâmetros como proporcionalidade ou razoabilidade.

38. Sobre o controle judicial dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) o Poder Judiciário pode realizar controle de mérito dos atos administrativos, anulando ou revogando aqueles que considerar inconvenientes ou inoportunos.
- b) o controle judicial é limitado à análise da legalidade dos atos administrativos, abrangendo também a verificação de princípios como moralidade, razoabilidade e proporcionalidade.
- c) o controle de razoabilidade e proporcionalidade realizado pelo Judiciário é uma forma de controle de mérito, pois analisa se a decisão administrativa foi conveniente e oportuna.
- d) o Poder Judiciário pode anular atos administrativos por razões de mérito, desde que tais atos causem prejuízos graves aos administrados ou à sociedade.

39. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação

das subvenções e renúncia de receitas, será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder. Acerca do controle da administração pública previsto na Constituição Federal de 1988, assinale a opção correta:

- a) o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce o controle externo da Administração Pública de forma independente, sem qualquer ligação com o Congresso Nacional.
- b) cabe ao Tribunal de Contas da União o julgamento das contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, emitindo parecer vinculativo ao Congresso Nacional.
- c) o Tribunal de Contas da União possui competência para julgar as contas de administradores e demais responsáveis por bens e valores públicos, bem como apreciar, para fins de registro, a legalidade de aposentadorias e pensões.
- d) as nomeações para cargos de provimento em comissão na Administração Pública estão sujeitas à apreciação e registro de legalidade pelo Tribunal de Contas da União.

40. Nos termos da Lei nº 14.133/2021, constitui hipótese de inexigibilidade de licitação:

- a) a contratação que mantenha todas as condições definidas em edital de licitação realizada há menos de 1 (um) ano, quando se verificar que naquela licitação não surgiram licitantes interessados.
- b) a contratação que tenha por objeto a compra de hortifrutigranjeiros, pães e outros gêneros perecíveis, no período necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes.
- c) as contratações realizadas em casos de guerra, estado de defesa, estado de sítio, intervenção federal ou de grave perturbação da ordem.
- d) a aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

41. Com base no direito de regresso na responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) o direito de regresso do Estado pressupõe que a Administração Pública tenha sido condenada a indenizar a vítima e que fique comprovado dolo ou culpa do agente público causador do dano.
- b) o direito de regresso do Estado contra o agente público independe de comprovação de dolo ou culpa, bastando que o Estado tenha sido condenado a indenizar o dano causado.
- c) a responsabilidade do agente público perante o Estado é objetiva, de forma que não é necessária a comprovação de dolo ou culpa para o exercício do direito de regresso.
- d) o direito de regresso somente é cabível nos casos em que o agente público tenha atuado em desconformidade com as ordens superiores, ainda que sem dolo ou culpa.

42. Acerca do regime jurídico administrativo e seus princípios fundamentais, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- a) a supremacia do interesse público significa que a Administração Pública pode, livremente, dispor do patrimônio público para atingir as finalidades previstas em lei.
- b) o princípio da indisponibilidade do interesse público reflete a ideia de que a Administração é proprietária do patrimônio público, podendo gerenciá-lo conforme sua conveniência.
- c) a supremacia do interesse público confere à Administração Pública liberdade irrestrita para dispor do patrimônio público, quando houver conflitos entre o interesse público e o privado.
- d) os particulares possuem as mesmas prerrogativas da Administração Pública, já que ambos atuam segundo o princípio da supremacia do interesse público.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

43. Aquele que possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, incorrerá nas mesmas penas do delito de:

- a) Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido
- b) Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito
- c) Comércio ilegal de arma de fogo
- d) Posse irregular de arma de fogo de uso permitido

44. Segundo a Lei nº 8.072/1990, com suas alterações, é considerado hediondo o seguinte crime, consumado ou tentado:

- a) favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual
- b) roubo qualificado pelo emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum
- c) extorsão mediante sequestro somente na forma qualificada
- d) roubo circunstanciado pela restrição de liberdade da vítima (art. 157, § 2º, inciso V, do Código Penal)

45. De acordo com a Lei nº 9.455/1997 (e suas alterações), que define os crimes de tortura, assinale a alternativa incorreta.

- a) Constitui crime de tortura constranger alguém, com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental em razão de discriminação racial ou religiosa
- b) Na mesma pena do delito de tortura incorre quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.
- c) Se o crime de tortura for perpetrado por agente público, a pena será aumentada na metade
- d) A condenação acarretará a perda do cargo, função ou emprego público e a interdição para seu exercício pelo dobro do prazo da pena aplicada

46. Lei as alternativas a seguir e assinale a que está em conformidade com a Lei 7.716/89, que trata dos crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Não constitui um ilícito criminal tipificado na Lei 7.716/89 negar ou obstar emprego em empresa privada, mas apenas uma infração administrativa
- b) Ficará sujeito às penas de multa e de prestação de serviços à comunidade, incluindo atividades de promoção da igualdade racial, quem, em anúncios ou qualquer outra forma de recrutamento de trabalhadores, exigir aspectos de aparência próprios de raça ou etnia para emprego cujas atividades não justifiquem essas exigências
- c) Serão punidos, na forma desta Lei, apenas os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião
- d) Não constitui infração penal de preconceito as condutas de fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo, pois estão abrangidos pelo direito de

manifestação previstos na Constituição Federal do Brasil.

47. A Lei de nº 11.340/2006 e também conhecida como Lei Maria da Penha busca coibir ou prevenir a violência doméstica e familiar cometida contra a mulher. Nesse sentido, a lei define no artigo 7º. As formas de violência existentes e que afetam mulheres. Isso posto, assinale a alternativa correta.

- a) A violência física faz acepção a qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar as ações da mulher
- b) A violência física é entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal da mulher
- c) A violência patrimonial corresponde a qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria da mulher
- d) A violência moral é aquela em que há retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos da mulher

**CONHECIMENTO GERAIS SOBRE O ESTADO
DE SERGIPE***Sérgio Henrique***48.** Assinale a alternativa correta:

- a) Em relação ao Produto Interno Bruto do estado de Sergipe, destaca-se o setor terciário da economia, principalmente o setor de serviços.
- b) O maior valor adicionado ao PIB é do setor secundário, principalmente devido à produção de petróleo, fertilizantes, cimento e energia elétrica.
- c) O maior valor da produção agropecuária é a laranja e a cana de açúcar.
- d) A Região Metropolitana de Aracaju, apesar de concentrar a riqueza de SE, também concentra os bolsões de pobreza, que faz com que o IDH de Aracaju seja menor que estadual.

49. Assinale a alternativa errada:

- a) O Brasil é um dos maiores consumidores de fertilizantes do mundo, mas importamos a maior parte.
- b) Sergipe é o único estado produtor de potássio do país. O mineral é usado na indústria química na produção de fertilizantes, no município de Rosário do Catete.
- c) A guerra entre Rússia e Ucrânia afeta diretamente o preço e as importações dos produtos e impactam diretamente o agronegócio.
- d) Em Barra dos Coqueiros há uma zona especial de exportação, ZPEX o primeiro parque eólico de Sergipe e uma usina termelétrica. A extração de petróleo gás feita principalmente em alto mar.

50. Assinale a alternativa errada:

- a) Em Sergipe, como resultado das atividades pecuárias, surgiram diversas povoações no século XVIII, das quais originaram cidades de hoje, como Tobias Barreto, antiga Campos do Rio Real, e Aracaju.
- b) Os rebanhos bovinos de Sergipe abasteciam os engenhos baianos e pernambucanos. O fumo passou a ser produzido a partir do século XVII, sobretudo em Lagarto, que se tornou o maior produtor da capitania.
- c) O fumo foi produzido através dos plantations e eram transportados em balaies de couro, negociados nas feiras nordestinas e exportado para a Europa, além de ser usado como moeda de troca no escambo realizado nos portos africanos, em troca de escravizados.
- d) A monocultura de cana em Sergipe desenvolveu-se nos vales do Rio Real, Piauí, Vaza-Barris, Poxim, Cotinguiba, Sergipe, Siriri e Japaratuba, e foi o principal produto sergipano ao longo do tempo, somente superado pelo algodão no século XIX.

51. Assinale a alternativa correta sobre a população indígena no estado de Sergipe.

- a) A população indígena em Sergipe é a mais numerosa do Nordeste.
- b) Sergipe possui apenas uma comunidade indígena oficialmente reconhecida, a Xocó.
- c) As comunidades indígenas de Sergipe são conhecidas por suas práticas agrícolas.
- d) O estado de Sergipe possui duas comunidades indígenas, os Xocó, em Porto da Folha, e os Fulkaxó, em Pacatuba.

52. Assinale a alternativa correta.

- I. A Região Metropolitana de Aracaju é constituída pelo agrupamento dos Municípios de Aracaju, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro e Barra dos Coqueiros, tendo como sede o Município de Aracaju. A Região Metropolitana de Aracaju foi criada com vistas à realização, de forma integrada, das ações de organização, de planejamento e de execução de funções públicas de interesse comum.
- II. A Grade Aracaju é formada pelos mesmos municípios da Região Metropolitana de Aracaju, mas é uma região de planejamento não metropolitana.
- III. Como cidade projetada, Aracaju nasceu em 1855 por necessidades econômicas. Uma assembleia elevou o povoado de Santo Antônio do Aracaju à categoria de cidade e a transformou em capital, em lugar de São Cristóvão, antiga sede da Província de Sergipe Del Rey.

Estão corretas:

- a) Apenas a afirmativa I está correta.
- b) Apenas a afirmativa II está correta.
- c) As afirmativas I e II estão corretas.
- d) As afirmativas I e III estão incorretas.

53. As festas juninas são uma parte vital da cultura sergipana. Em que medida essas festas refletem a diversidade cultural do estado?

- a) A juventude tem abandonado as festas juninas influenciados pela modernidade.
- b) As festas juninas incorporam uma mistura de música, dança e teatro, integrando elementos religiosos e culturais de origens europeias, africanas e indígenas.
- c) É celebrado somente na capital, que tem o maior São João do Brasil.
- d) Estimulam o turismo e a geração de empregos formais.

54. Qual foi uma das principais características políticas do Período Republicano em Sergipe?

- a) A centralização do poder nas mãos do governo federal, sem autonomia para os estados.
- b) A formação de uma forte aliança entre os estados nordestinos para promover a industrialização liderada por Fausto Cardoso.
- c) A predominância do coronelismo, onde líderes locais exerciam grande influência política e social, com predomínio da Oligarquia olimpista nos primeiros anos.
- d) A Revolta de Maynard foi um levante contra oligarquia de Ms. Olímpio.

55. Considerando a diversidade climática do estado de Sergipe, analise como os diferentes tipos de clima influenciam a distribuição das atividades agrícolas e a ocupação humana no estado.

- a) O clima semiárido predominante em todo o estado favorece a fruticultura tropical e a densa ocupação humana ao longo dos rios.
- b) O clima semiárido no interior limita a agricultura de sequeiro e influencia a concentração populacional nas áreas litorâneas com clima mais úmido.
- c) O clima tropical úmido no litoral promove a monocultura do milho e a formação de grandes centros urbanos.
- d) O clima semiárido e o relevo predominante de planície facilitaram a mecanização agropecuária e a expansão da soja e do milho.

LEGISLAÇÃO PMSE*Tiago Zanolla*

56. O Cabo João, lotado na Polícia Militar do Estado de Sergipe (PMSE), foi destacado para uma missão em outra cidade dentro do mesmo Estado. Durante a execução, surgiu uma dúvida quanto à definição de "missão, tarefa ou atividade", prevista na Lei nº 5.699/2005. De acordo com essa lei, qual das alternativas abaixo define corretamente "missão, tarefa ou atividade"?

- a) É qualquer atividade desempenhada pelo servidor militar estadual, independentemente de ordem superior
- b) É o dever emergente de uma ordem específica de comando, direção ou chefia.
- c) É a designação para atuar em outra Organização Militar (OM) dentro da PMSE ou CBMSE.
- d) É o desempenho exclusivo de cargo ou função militar, conforme especificação dos quadros de efetivo.

57. O Capitão Luiz, servidor militar estadual, recebeu uma notificação da SEPLAG informando sobre descontos obrigatórios em sua remuneração, referentes a valores pagos indevidamente, e deseja consignar parte de seus rendimentos para a amortização de um empréstimo pessoal com uma entidade de classe. Diante da situação e com base nos artigos apresentados, qual das afirmações abaixo está correta?

- a) Os descontos obrigatórios e facultativos podem comprometer até 100% da remuneração do servidor, desde que haja autorização expressa do consignante.
- b) Os descontos obrigatórios devem ter prioridade sobre os facultativos, e a soma total dos descontos não pode comprometer mais de 70% da remuneração ou dos proventos do servidor militar.
- c) Descontos para amortização de empréstimos só podem ser realizados com entidades de classe, e o

servidor pode suspender esses descontos unilateralmente, a qualquer momento.

- d) No caso de pagamento indevido, os descontos obrigatórios podem comprometer até 10% da remuneração mensal do servidor, sendo considerados prioritários em relação aos descontos facultativos.

**CÓDIGO DE ÉTICA E DISCIPLINA DA PM-SE
E ESTATUTO DA PM-SE***Fábio Ramos*

58. O Estatuto dos Policiais-Militares do Estado de Sergipe disponível na Lei nº 2.066/1976 estabelece definições a respeito do Comando e da Subordinação. Em relação a essas disposições, assinale a alternativa incorreta:

- a) Comando é a soma de autoridade, deveres e responsabilidades de que o policial-militar é investido legalmente, quando conduz homens ou dirige uma organização policial-militar, o comando é vinculado ao grau hierárquico e constitui uma prerrogativa impessoal, em cujo exercício o policial-militar se defini e se caracteriza como chefe.
- b) O oficial é preparado, ao longo da carreira, para o exercício de comando, da chefia e da Direção das Organizações Policiais-Militares.
- c) Os subtenentes e sargentos auxiliam e complementam as atividades dos oficiais, quer no adestramento e no emprego dos meios, quer na instrução e na administração; poderão ser empregados na execução de atividades de policiamento ostensivo peculiar a Polícia Militar.
- d) A subordinação afeta a dignidade pessoal da polícia-militar e decorre, exclusivamente, da estrutura hierárquica da Polícia Militar

59. Em conformidade com o Estatuto dos Policiais Militares de Sergipe nos termos da Lei Estadual nº 2.066, de 23/12/1976, sobre a situação dos policiais militares, é correto afirmar que:

- a) Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- b) Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado, porém sujeitos, ainda, à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- c) Encontram-se na inatividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.
- d) Encontram-se na atividade, na reserva remunerada, quando pertencem à reserva da Corporação e percebem a remuneração do Estado e não sujeitos à prestação de serviço na ativa, mediante convocação.

60. Referente Capítulo II, do “JULGAMENTO DA TRANSGRESSÃO”, O julgamento da transgressão será precedido de análise que considere:

- I - os antecedentes do transgressor;
- II - as causas que a determinaram;
- III - a natureza dos fatos ou dos atos que a envolveram;
- IV - as consequências que dela possam advir.
- V - as causas de justificação, menos as circunstâncias atenuantes e agravantes.

Em conformidade com a Lei nº 2.0666/1976, estão corretas:

- a) Somente I, II, III e V
- b) Somente I, II, IV e V
- c) Somente I, II, III e IV

d) Somente II, III, IV e V

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>